



MUNICÍPIO DE TOROPI - RS - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até 2º Semestre de 2025

Página : 1 / 1
Exercício de 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		28.919.675,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		28.919.675,61	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		28.880.207,61	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		12.178.510,77	42,17
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		15.595.312,11	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		14.815.546,50	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		14.035.780,90	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-6.339.140,13	-21,92
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		34.703.610,73	120,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		6.362.328,63	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		4.627.148,10	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.024.377,29	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		2.455.948,69	36.632.179,94

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI. Emissão: 30/01/2026, às 14:22:37.

Nota(s) Explicativa(s):

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileira de Contabilidade e Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes dentro das condições operacionais disponibilizadas pela entidade.